

## ESCOLHA PÚBLICA – APRESENTAÇÃO

Escolha pública é frequentemente indicada como uma escola do pensamento econômico. Na verdade, é mais próxima de uma vertente da ciência política. Ela não tenta explicar como a economia funciona. Ao invés disso, a Escolha Pública usa os métodos e ferramentas da economia para explorar como a política e o governo funcionam. É uma abordagem que produz alguns *insights* surpreendentes, e levanta questionamentos estimulantes – tais como, quão eficiente, efetivo e realmente legítimo o processo político é.

Pode parecer estranho utilizar a economia para analisar a política e o governo. Para a maioria das pessoas, a economia diz respeito somente ao dinheiro, ao mercado, à economia empresarial e ao lucro privado. Supostamente, é o governo que se preocupa com o benefício da coletividade, de forma não-financeira, por fins não-lucrativos. Mas a economia não tem a ver somente com o dinheiro. A Economia trata, na verdade, de como escolhemos gastar quaisquer recursos disponíveis (por exemplo, nosso tempo ou esforço) na tentativa de obter outras coisas que nós valorizamos mais – não se restringe a escolhas financeiras. Os economistas dizem que quando as pessoas fazem escolhas, elas conscientemente procuram trocar coisas que valorizam menos por coisas que valorizam mais: em outras palavras, elas são racionais e movidas pelo interesse próprio. A economia portanto é muito mais o estudo de como fazemos nossas escolhas em um mundo de recursos escassos do que propriamente fazer análises sobre instituições financeiras.

As decisões políticas, coletivas, tais como aumentar os impostos sobre a propriedade para construir uma nova estrada, são tão econômicas como qualquer outra: elas também envolvem uma escolha entre custos e benefícios, não somente de cunho financeiro, mas, de maneira mais ampla, entre o que tem de ser sacrificado e o que é ganho como resultado. Quando alguém faz uma escolha econômica, eles pessoalmente vivenciam ambos os custos e os benefícios, já quando se trata do governo isso não é bem assim. Além disso, no mercado, ambos os lados de uma transação devem estar de acordo – se o comprador ou o vendedor não estão contentes, eles podem simplesmente desistir do negócio - na política, pelo contrário, a minoria não pode dizer não: eles são forçados a aceitar a decisão da maioria, e tolerar o sacrifício imposto pela maioria. Infelizmente, isso torna perfeitamente possível para uma maioria, por interesse próprio, explorar uma minoria, votando por benefícios públicos que impõem encargos financeiros ou de outra natureza sobre o resto da população.

Os usuários de estradas podem desejar uma nova rodovia, por exemplo, a qual passará por cima de jardins, ou aumentará os impostos, de outras pessoas que podem nunca vir a usar ou se beneficiar dela. O que torna tão importante estudar como as decisões governamentais são feitas é o fato que o governo pode usar a coerção para forçar as minorias a concordar com a decisão majoritária. Isto dá poder à maioria, a qual pode muito bem exercê-lo de forma responsável – mas que pode, também, votar por benefícios próprios e custos repassados aos outros.

Em princípio, o que pode significar ‘interesse público’? Se um grupo grande de pessoas quer uma nova estrada, mas outro é violentamente contrário e prefere, ao invés disso, menos impostos, enquanto um terceiro acha que o dinheiro deveria ser gasto em defesa, um quarto em hospitais e um quinto preferindo que o dinheiro seja repartido entre políticas de bem-estar e educação, é claramente impossível traduzir essas opiniões conflitantes em uma política sensata que representa ‘o interesse público’.

Por meio do uso da teoria econômica para explorar como as decisões governamentais são feitas, a Teoria da Escolha Pública pode nos ajudar a entender esse processo, a identificar os problemas tais como o interesse próprio de grupos particulares e a exploração potencial de minorias coagidas, e propor maneiras de limitar tais deficiências. Em reconhecimento a essa relevante função, o economista norte-americano James M. Buchanan recebeu, em 1986, o prêmio Nobel de Ciências Econômicas pelo seu trabalho que explica a natureza da exploração nos sistemas eleitorais, o interesse próprio de políticos e burocratas, o poder dos grupos de interesse, e a função potencial que as restrições constitucionais poderiam ter em limitar os efeitos malignos sobre as decisões públicas.